



PROGRAMA ILUMINA ITANHAÉM ALCANÇA 73% DA CIDADE EM LED

EXPEDIENTE

PREFEITURA DE ITANHAÉM

Av. Washington Luiz, 75 - Centro - Cep. 11.740-028 - Tel. (13) 3421-1600

TIAGO RODRIGUES CERVANTES

Prefeito Municipal

JOSÉ RENATO COSTA DE OLIVA

Vice-prefeito

BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO

Criado pela Lei nº 3.039, de 12/11/2003

PRODUÇÃO:

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL comunicacao@itanhaem.sp.gov.br

MÍDIAS SOCIAIS











PREFEITURA DE ITANHAÉM AGAS PARA ESTÁGIO **Prefeitura aceita** currículos para estágios em **Ensino Superior**

PREFEITURA INICIA INSTALAÇÃO DE NOVAS LIXEIRAS NA REGIÃO CENTRAL

MEIO AMBIENTE • Foram instaladas lixeiras em vários locais do Centro, área escolhida por ser uma das regiões com maior circulação de pessoas



Para evitar o descarte irregular de lixo e tornar o ambiente mais agradável para a população, a Prefeitura de Itanhaém está instalando novas lixeiras em diversos pontos do Centro. Por ser uma área de grande circulação de pessoas, o Centro foi o local escolhido para receber novas lixeiras. A instalação ocorreu em diversos pontos estratégicos, como a Praça Narciso de Andrade, Fórum, CMETECE, Cemitério, Hospital Regional, Lotérica, Banco do Brasil, Rua Cunha Moreira e a Escola Estadual Benedito Calixto. A iniciativa tem como objetivo conscientizar a população sobre a importância de descartar o lixo de forma adequada, contribuindo para manter

a cidade limpa e bem cuidada.

"A instalação de novas lixeiras no centro da cidade é fundamental para a melhoria da limpeza urbana, contribuindo para a redução do lixo descartado nas ruas. Isso ajuda a prevenir entupimentos de bueiros, proliferação de pragas e mau cheiro, além de tornar o ambiente mais agradável para moradores, trabalhadores e turistas. Também incentiva a conscientização ambiental e o descarte correto dos resíduos, promovendo uma cidade mais organizada, saudável e sustentável", explicou Gustavo Coquemala secretário de Serviços Públicos e Zeladoria.

PREFEITURA REALIZA RECAPEAMENTO DA AVENIDA JOÃO BATISTA LEAL

OBRAS• Também foram realizadas obras para a drenagem de águas pluviais com a colocação de novos tubos de concreto e novas guias, sarjetas e passeio



Uma das principais via do Centro e uma das ligações com a Ponte sobre o Rio Itanhaém, a Avenida João Batista Leal está ganhando novo asfalto. Após a via receber nova drenagem de águas pluviais com a colocação de novos tubos de concreto e novas guias, sarjetas e passeio, a Prefeitura está finalizando a obra com o novo recapeamento da avenida.

Os trabalhos irão percorrer cerca de 500 metros de extensão (trecho entre as ruas Julio dos Santos + 62,55m e Nove de Julho + 186,72m). Para não prejudicar o comércio e fluxo de trânsito, as obras estão sendo executadas por etapas e houve paralisações programadas. Os bloqueios são quadra a quadra, com liberação do trânsito no final dos dias.

INVESTIMENTOS NOS BAIRROS - A Prefeitura segue investindo em obras de infraestrutura por diversos bairros da Cidade. Ao final dos últimos quatro anos, os investimentos somam mais de R\$ 80 milhões, incluindo pavimentação de ruas, drenagem, construção e reforma de praças e reurbanização de orlas e pontos turísticos.

As obras totalizam cerca de 35 Km de vias pavimentadas, reurbanizadas ou recapeadas, entre os quais, Loty, Jamaica, Jardim Oásis, Jardim Suarão, Chácaras Cibratel, Curva do Índio (Jardim Coronel), Nova Itanhaém, Maranata, Região Central, Tupy e Rio do Poço II, além da reurbanização das orlas e recapeamento do Gaivota, Ivoty e Umuarama.

PROGRAMA ILUMINA ITANHAÉM ALCANÇA 73% DA CIDADE EM LED

DESENVOLVIMENTO • No total já foram substituídos 17.397 pontos de iluminação pública em toda a Cidade





Levando mais segurança e eficiência a toda a Cidade, o Programa Ilumina Itanhaém está avançando por todos os bairros e já alcançou 73% do Município com lâmpadas de LED nos espaços públicos. No total já foram substituídos 17.397 pontos de iluminação pública em toda a Cidade, trazendo também mais durabilidade e aproveitamento dos espaços no período noturno.

Neste momento todos os bairros de Itanhaém estão sendo contemplados com a modernização da iluminação pública. Regiões como Oásis, Guapurá, Tropical, Guapiranga, Jardim América e Nova Itanhaém (lado morro) tiveram 100% da substituição das lâmpadas antigas por LED concluídas com sucesso.

Foram contemplados ainda muitos pontos importantes da Cidade, como o Centro Histórico, as orlas do Gaivota, Suarão, Praia do Sonho e as praças de bairros como Suarão, Guapiranga, Gaivota e a Boca da Barra. Outras áreas contempladas foram as grandes avenidas comerciais como Avenida Cabuçu (Nossa Senhora do Sion), Gentil Perez (Cesp), a Avenida Flácides Ferreira (Gaivota), Estrada Coronel Joaquim Branco e Avenida José Batista Campos (Cidade Anchieta).

O programa Ilumina Itanhaém substituirá 100% dos pontos de

iluminação pública por LED em todos os bairros da Cidade. **COMO SOLICITAR MANUTENÇÃO** - O consórcio Luz de Itanhaém, formado pela Enel X Brasil e Selt Engenharia, iniciou a operação do serviço de call center para demandas de moradores relativas ao parque de iluminação pública do município. Por meio do número 0800 410 0031, a população pode solicitar a troca de lâmpadas, informações sobre postes que estão com a iluminação intermitente ou indicar trechos que permanecem iluminados durante o dia. O novo canal de atendimento funciona 24 horas por dia, sete dias por semana.

Além do telefone, há a opção do aplicativo. O "Luz de Itanhaém" está disponível gratuitamente para download em aparelhos que utilizam os sistemas IOS e Android. Além do app, também é possível realizar as solicitações pelo site clicando <u>neste link</u>. Ao entrar em contato com o atendimento, é importante que o morador forneça dados para a identificação dos equipamentos que precisam de manutenção, como endereço completo, com ponto de referência. Ao entrar em contato com o atendimento, é importante que o morador forneça dados para a identificação dos equipamentos que precisam de manutenção, como endereço completo, com ponto de referência.

LEIS

LEI Nº 4.799, DE 19 DE MAIO DE 2025

"Institui a Campanha Municipal de Conscientização da Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens, nos termos da Lei Federal nº 14.611, de 3 de julho de 2023, no âmbito do Município de Itanhaém, e dá outras providências."

TIAGO RODRIGUES CERVANTES, Prefeito Municipal de Itanhaém,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Itanhaém decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Itanhaém, a Campanha Municipal de Conscientização da Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens, nos termos da Lei Federal nº 14.611, de 3 de julho de 2023, com o objetivo de divulgar e promover a equidade salarial e de critérios remuneratórios entre gêneros.

Art. 2º A campanha terá caráter educativo e permanente, sendo realizada por meio de ações informativas e mobilizadoras voltadas para:

I - sensibilizar empregadores e trabalhadores sobre a importância da igualdade salarial e dos critérios de remuneração justos e equitativos;

II - divulgar as diretrizes da Lei Federal nº 14.611/2023, que estabelece medidas de transparência salarial e combate à discriminação de gênero no trabalho;

III - incentivar boas práticas empresariais para a promoção da equidade de gênero no ambiente corporativo;

IV - promover palestras, debates, seminários e materiais informativos sobre igualdade de oportunidades no mercado de trabalho;

V - estimular o uso de canais de denúncia para casos de discriminação salarial de gênero, em conformidade com as legislações vigentes.

Art. 3º A Campanha Municipal de Conscientização da Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens será promovida pelo Poder Executivo, que poderá realizar parcerias com entidades da sociedade civil, sindicatos, associações empresariais e órgãos de fiscalização do trabalho.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do município, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itanhaém, em 19 de maio de 2025.

TIAGO RODRIGUES CERVANTES

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio. Proc. nº 3.443/2025.

Projeto de Lei de autoria do Vereador Edinaldo dos Santos Barros.

LEI № 4.800, DE 21 DE MAIO DE 2025

"Institui e inclui no Calendário Oficial do Município de Itanhaém o Dia 07 de Abril, como Dia Municipal de Combate ao Bullying e à Violência nas Escolas, e dá outras providências."

TIAGO RODRIGUES CERVANTES, Prefeito Municipal de Itanhaém,

FACO SABER que a Câmara Municipal de Itanhaém decretou e eu promulgo a sequinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial do Município de Itanhaém o "Dia Municipal de Combate ao Bullying e à Violência nas Escolas", a ser comemorado, anualmente, no dia 07 de abril.

Art. 2º O mês de abril, será o mês dedicado à conscientização, à prevenção e ao combate ao bullying.

Art. 3º As instituições de ensino, o Poder Público e as entidades sociais poderão promover, ao longo do mês de abril, ações de prevenção e conscientização, de modo que crianças, adolescentes, responsáveis e a comunidade possam se inteirar sobre o problema do bullying nas escolas e as formas de prevenção e de combate. Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itanhaém, em 21 de maio de 2025.

TIAGO RODRIGUES CERVANTES

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio. Proc. nº 3.628/2025.

Projeto de Lei de autoria do Vereador Arlindo dos Santos Martins.

LEI Nº 4.801, DE 21 DE MAIO DE 2025

"Dispõe sobre a Política Municipal de Diagnóstico Tardio de Autismo e dá outras providências."

TIAGO RODRIGUES CERVANTES, Prefeito Municipal de Itanhaém,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Itanhaém decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Diagnóstico Tardio de Autismo, com

o objetivo de promover a identificação correta de sinais de autismo em indivíduos que não foram diagnosticados durante a infância.

Art. 2º São diretrizes da Política Municipal do Diagnóstico Tardio de Autismo:

I - A promoção de campanhas públicas de conscientização sobre os sinais de autismo em adultos e idosos, destacando a importância do diagnóstico em qualquer fase da vida:

II - A capacitação de profissionais de saúde, educação e assistência social para a identificação de sinais de autismo em pacientes que buscam atendimento, com foco especial no diagnóstico tardio;

III - O incentivo à inclusão de conteúdos relacionados ao diagnóstico tardio de autismo em cursos de formação continuada de profissionais da saúde;

IV - O apoio psicológico e social às pessoas diagnosticadas tardiamente e suas famílias, com orientações sobre os direitos, serviços de apoio e orientação para inclusão social.

Art. 3º - As ações decorrentes do cumprimento desta Lei serão amplamente divulgadas, de forma a propiciar a efetiva participação da sociedade.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itanhaém, em 21 de maio de 2025.

TIAGO RODRIGUES CERVANTES

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio. Proc. nº 3.634/2025.

Projeto de Lei de autoria do Vereador Severino Bento Gomes.

SECRETARIA DA

ADMINISTRAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

A Sr.ª RENATA SIMÕES DA SILVA

O PRESIDENTE DA COMISSÃO, Sr. Julio Cezar Ferreira dos Santos, designado pela portaria DA nº. 60/2025, no procedimento administrativo nº. 3.582/1/2025 CITA a Sr.ª Renata Simões da Silva, dando-lhe ciência da abertura do processo administrativo com a finalidade de apurar a responsabilidade administrativa, resultante de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função no serviço público, conforme os fatos articulados no processo nº. 3.582/1/2025.

Tal conduta, se comprovada caracteriza as transgressões disciplinares previstas no artigo 125 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos deste Município, Lei nº. 3055/2004, razão pela qual a servidora deverá responder ao competente processo disciplinar, na forma prevista nos artigos 126 c.c. 129, do referido Diploma Legal, facultando-lhe o direito de ampla defesa, como estatuído no Art.5º, LV, da Constituição Federal.

Designada para compor a Comissão Processante os servidores JULIO CEZAR FERREIRA DOS SANTOS E JULIO CESAR RODRIGUES PINHEIRO, todos ocupantes de cargos de provimento efetivo, sob a presidência do primeiro, ao qual caberá a indicação de servidor para secretariar os trabalhos.

Fica desde logo citado de todos os termos do processo administrativo, bem como do prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa, podendo fazer-se assistir por advogado, sob pena de, não o fazendo, ser-lhe nomeado um defensor dativo, bem como arrolar eventuais testemunhas e requerer documentos, vistas, cópias e demais providências que se fizerem necessárias a sua defesa, conforme Lei nº 3.055, de Janeiro de 2004, artigo 142.

Itanhaém, 21 de maio de 2025. Camila Watanabe Muniz do Carmo Secretária da Comissão

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 13512/1/2024

LOCATÁRIA: Prefeitura Municipal de Itanhaém

LOCADORES: Pedro Luiz Fornaciari e Maria Lucília Gomes Fornaciari.

Objeto: Mudança de denominação do objeto contratual, ou seja, de Casa do Artesão - Secretaria de Relações do Trabalho para Casa do Artesão - Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.21.00.13.392.0011.2067.3.3.90.36

DATA DE ASSINATURA: 25/02/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 7459/1/2022

LOCATARIA: Prefeitura Municipal de Itanhaém

LOCADORES: Geraldo José Denis e Ivone Aparecida Bassi Denis.

Objeto: Mudança de denominação do objeto contratual, ou seja, de Banco do Povo para doravante abrigar a Secretaria de Assistência Desenvolvimento e Inclusão Social. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.1003.08.244.0006.2037.33.90.36

DATA DE ASSINATURA: 25/02/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 19251/1/2024

LOCATÁRIA: Prefeitura Municipal de Itanhaém

LOCADORES: Geraldo José Denis e Ivone Aparecida Bassi Denis

Objeto: Mudança de denominação do objeto contratual, ou seja, de PAT - para doravante abrigar a Secretaria de Assistência Desenvolvimento e Inclusão Social.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 02.10.03.08.244.0006.2037.3.3.90.36

DATA DE ASSINATURA: 25/02/2025

SECRETARIA DE

PLANEJAMENTO E OBRAS PÚBLICAS

PROVIDENCIAR ROÇADA DO LOTE:

PROCESSO: 45-24 A-D

FRANCISCO GAZZARA, proprietário do Lote situado á:

Av. Julinha, Quadra 033 Lote 013 - JD REGINA.

Lembramos que existe o auto de infração nº 71519/2025 no valor de 600 Ufs.

PROCESSO: 5814-24 A-D

ASSEHAB, proprietário do Lote situado á:

R. Horto Florestal, Quadra 001 Lote 002 - JD LUIZAMAR MIRIM.

Lembramos que existe o auto de infração nº 70710/2024 no valor de 50 Ufs.

PROCESSO: 5815-24 A-D

ASSEHAB, proprietário do Lote situado á:

R. Horto Florestal, Quadra 001 Lote 003 - JD LUIZAMAR MIRIM.

Lembramos que existe o auto de infração nº 70711/2024 no valor de 150 Ufs.

PROCESSO: 5149-24 A-D

WALLACE SAUERBRONN, proprietário do Lote situado á:

R. Pará, Quadra 018 Lote 006 - JD LUIZAMAR.

Lembramos que existe o auto de infração nº 69861/2024 no valor de 50 Ufs.

PROCESSO: 5437-24 A-D

MYRIAN ANTONIETA DE MELLO, proprietário do Lote situado á:

R. 13, Quadra 023 Lote 008 - JD MARAMBÁ.

Lembramos que existe o auto de infração $n^{\rm e}$ 70193/2024 no valor de 50 Ufs.

PROCESSO: 5438-24 A-D

CONDUBRAS-CIA BRAS DE CONDUT E, proprietário do Lote situado á:

R. 13, Quadra 023 Lote 009 - JD MARAMBÁ.

Lembramos que existe o auto de infração nº 70194/2024 no valor de 50 Ufs.

PROCESSO: 4317-24 A-D

JOSE SAVIOLI, proprietário do Lote situado á:

R. Das Iraubas, Quadra 016 Lote 001 - JD DAS PALMEIRAS.

Lembramos que existe o auto de infração nº 67855/2024 no valor de 250 Ufs.

PROCESSO: 2968-24 A-D

IMOBILIARIA BATAGLIA LTDA, proprietário do Lote situado á:

Av. Marginal Oeste, Quadra 015 Lote 001 - BAL. WALQUENE.

Lembramos que existe o auto de infração nº 71107/2025 no valor de 450 Ufs.

PROCESSO: 4064-24 A-D

M.F.A. PARTICIPAÇÕES & REPR S/C LTDA, proprietário do Lote situado á:

R. Alcides Dominiski, Quadra 007 Lote 009 - RES. PQ. AUGUSTUS.

Lembramos que existe o auto de infração nº 67583/2024 no valor de 150 Ufs.

PROCESSO: 4065-24 A-D

M.F.A. PARTICIPAÇÕES & REPR S/C LTDA, proprietário do Lote situado á:

R. Alcides Dominiski, Quadra 007 Lote 010 - RES. PQ. AUGUSTUS.

Lembramos que existe o auto de infração n° 67585/2024 no valor de 150 Ufs.

PROCESSO: 5584-24 A-D

PAULO CESAR SANTOS, proprietário do Lote situado á:

Av. Marginal Direita, Quadra 150 Lote 003 - EST. BAL. DE ITANHAÉM.

Lembramos que existe o auto de infração nº 70385/2024 no valor de 50 Ufs.

PROVIDENCIAR MANUTENÇÃO DO IMÓVEL:

PROCESSO: 5145-24 A-D

OSWALDO ROMANO (ESPOLIO), proprietário do Lote situado á:

Av. Brasil, Quadra 025 Lote 005 - JD LUIZAMAR MIRIM.

Lembramos que existe o auto de infração Nº 69858/2024 no valor de 100 Ufs.

PROCESSO: 1495-24 A-D

MARI SUMIRE KAMIHARA SAITO, proprietário do Lote situado á: R José Gerolomo, Quadra 024 Lote 020 - RES. PQ AUGUSTUS.

Lembramos que existe o auto de infração Nº 69300/2024 no valor de 200 Ufs.

PROCESSO: 4209-24 A-D

NIREIDE MARCAL DOS SANTOS (ESPÓLIO), proprietário do Lote situado á: Av. Eng. José de Barros Saraiva, Quadra 017 Lote 018 - BAL. TROPICAL. Lembramos que existe o auto de infração Nº 71568/2024 no valor de 200 Ufs.

PROVIDENCIAR MURO E PASSEIO:

PROCESSO: 4345-24 A-D

EMPRESA TERRITORIAL E CONST. OASIS LTDA, proprietário do Lote situado á:

R. 17, Quadra 035 Lote 007 - JD DAS PALMEIRAS.

Lembramos que existe o auto de infração № 67837/2024 no valor de 150 Ufs

PROCESSO: 4750-24 A-D

SONIA MARCIA DE SOUZA CURY MARDUY, proprietário do Lote situado á:

R. Sem denominação oficial, Quadra 000 Lote 000 - ÁREA.

Lembramos que existe o auto de infração N° 69385/2024 no valor de 100 Ufs

PROCESSO: 88-25 A-D

ESTELITA GOMES DO NASCIMENTO, proprietário do Lote situado á: R. Humberto Ladallardo, Quadra 039 Lote 010 - PQ BAL. ITANHAÉM.

Lembramos que existe o auto de infração N° 70909/2025 no valor de 100 Ufs

PROVIDENCIAR LIXEIRA:

PROCESSO: 5684-24 A-D

VILSON GOULART RODRIGUES JUNIOR, proprietário do Lote situado á:

R. Dacio Evaristo Pires, Quadra 007 Lote 007 - RES. PQ AUGUSTUS.

Lembramos que existe o auto de infração № 70532/2024 no valor de 100 Ufs.

PROCESSO: 4305-24 A-D

OSWALDO BALCIUNAS (ESPÓLIO), proprietário do Lote situado á:

R. Bahia, Quadra 014 Lote 020 - JD LUIZAMAR.

Lembramos que existe o auto de infração № 67868/2024 no valor de 100 Ufs.

PROVIDENCIAR DEMOLIÇÃO DO IMÓVEL OU FAZER A MANUTENÇÃO E ISOLAR DO IMÓVEL:

PROCESSO: 5206-24 A-D

ALVARO FRANCISCO AMEIXEIRO (ESPÓLIO), proprietário do Lote situado á:

R. São Paulo, Quadra 073 Lote 002 - JD REGINA.

Lembramos que existe o auto de infração Nº 69913/2024 no valor de 100 Ufs.

APRESENTAR PROJETO APROVADO:

PROCESSO: 120-25 A-D

RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS, proprietário do Lote situado á:

R. José Rodrigues, Quadra 003 Lote 003 - JD VALERIA.

Lembramos que existe o auto de infração nº 70980/2025 no valor de 500 Ufs.

Danilo Queiroz da Silva

Fiscalização de Obras Particulares

Diretor de Divisão

CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO NORMATIVA CMDCA Nº 01/2025

DISPÕE SOBRE AS NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS E EMISSÃO DE CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS CHANCELADOS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITANHAÉM (FMDCA) JUNTO A PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO o disposto nos Artigos 1º, 204, 207 e 227 da Constituição Federal que prevêem a participação popular na formulação das políticas públicas e no controle das ações, devendo ainda promover descentralização político administrativa;

CONSIDERANDO sua função deliberativa e controladora das ações da política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, conforme preceitua o Artigo 88 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (ECA) e alterações, bem como a Lei Municipal nº Municipal nº 1.714 de 14 de dezembro de 1990 e Reorganização Lei Municipal nº 2.352 de 04 de março de 1998;

CONSIDERANDO o disposto nos Instrumentos Internacionais de Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária bem como Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e demais Planos Nacionais relativos a agenda das crianças e adolescentes e suas famílias:

CONSIDERANDO que os recursos financeiros do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMDCA) destinam-se ao apoio substantivo a Projetos voltados a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente do município de Itanhaém, conforme preceitua o artigo 260 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA) e alterações, em especial a Lei Federal nº 14.692 de 03 de outubro de 2023, o artigo 71 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Decreto Municipal nº 1.966 de 7 de abril de 2000, Resolução nº 137, de 21 de Janeiro de 2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – (CONANDA), Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006; CONSIDERANDO as condições e exigências estabelecidas nesta Resolução aplicandose ainda, no que couber, os dispositivos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/2012, as Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil e demais legislações vigentes pertinentes à matéria.

CONSIDERANDO que o CMDCA deve acompanhar, monitorar e avaliar as ações desenvolvidas pelas organizações governamentais e não governamentais, fazendo cumprir as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO decisão da Assembleia Ordinária do colegiado, realizada em 13 de maio de 2025, que aprovou o texto final desta Resolução. RESOLVE:

Estabelecer o alinhamento dos procedimentos sobre a chancela para emissão do certificado de autorização para captação de recursos financeiros através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itanhaém (FMDCA) junto a pessoas físicas e jurídicas, bem como tornar pública a normativa para recebimento, habilitação, análise e seleção pública de projetos que passarão a fazer parte do banco de projetos do CMDCA e que poderão ser financiados com recursos subsidiados do FMDCA através de Certificado de Captação de Recursos Financeiros, desde que estejam em consonância com as políticas públicas da criança e do adolescente da cidade de Itanhaém e que ainda também sejam inovadores e/ou complementares a essas políticas.

CAPÍTULO I - DO CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Artigo 1º - O Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) tem a finalidade de autorizar a captação de recursos junto a pessoas físicas e jurídicas, contribuindo para o financiamento de projetos nos regimes de atendimento de competência e âmbito municipal previstos na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações, que visem a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, priorizados e aprovados pelo CMDCA.

Artigo 2º - A concessão do Certificado e autorização da liberação de recursos é de competência exclusiva do CMDCA através de deliberação em Assembleia. O Certificado será nominativo em favor da organização e fará referência ao nome do projeto aprovado, valor a ser captado, percentual a ser repassado ao FMDCA e vigência da autorização.

Artigo 3° - A concessão do Certificado deverá ser requerida junto ao CMDCA mediante documento oficial emitido pela organização através de seu representante legal.

Parágrafo único - Se aprovado o projeto, será emitido o Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros, assinado pelo Presidente do CMDCA.

Artigo 4º - O Certificado terá a validade de até 12 (doze) meses para captação de recursos, podendo ser prorrogado por igual período e a liberação e a utilização dos recursos poderá ocorrer em até 6 (seis) meses após o prazo de encerramento de captação.

CAPÍTULO II - DA HABILITAÇÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO TÉCNICA

Artigo 5° - Os projetos deverão ser apresentados para protocolo de acordo com o modelo fornecido na secretaria do CMDCA (anexo 1), das 09h00min às 12h00min e das 14h00min às 16h00min, de segunda a sexta-feira, a qualquer tempo.

Artigo 6º - Para os fins desta Resolução entende-se por projeto o conjunto de ações que abranjam a promoção, proteção e de defesa de direitos (ações básicas), bem como o

cumprimento de medidas protetivas e socioeducativas (ações especiais), a serem desenvolvidas em determinado período de tempo com recursos captados por meio do FMDCA, tendo como beneficiários segmentos de crianças e adolescentes, segundo as linhas de ações previstas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações, e que poderão, ao final de sua execução, ser incorporadas à rede pública de serviços regulares, conforme avaliação de seus resultados, nos termos dispostos nas legislações em vigor.

Parágrafo 1º - Os projetos a que se refere esta Resolução deverão ser assinados e acompanhados por profissional técnico com nível superior, devidamente inscrito e em dia com seu respectivo conselho de classe, quando houver, com apresentação de comprovante de certificação válida no conselho de classe em território nacional. Parágrafo 2º - Os projetos apresentados deverão estar em conformidade e consonância aos Marcos Lógicos e Legais, bem como Diagnósticos do CMDCA e Planos de Ação da Assistência Social, LOAS, NOB RH e da Política de Promoção, Proteção e Defesa Integral à Criança, ao Adolescente e Família no Município de Itanhaém, bem como ter os documentos elencados nas normas do CMDCA atualizados e arquivados na secretaria do CMDCA.

Parágrafo 3° - A falta de documentos, bem como o não cumprimento rigoroso do padrão solicitado nos artigos e parágrafos anteriores, ensejar-se-á na paralisação do andamento do processo.

Parágrafo 4º - Não terão continuidade de análise os projetos enviados por organizações que tenham recebido recursos do FMDCA e deles feito uso indevido e/ou não prestado contas nos prazos legais, ou seja, até 30 (trinta) dias após o termino do instrumento legal (inicial e ou aditivo) assinado entre as partes, bem como não apresentar documento comprobatório da Prefeitura de Itanhaém no tocante a regularidade de suas prestações de contas.

Parágrafo 5º - É requisito obrigatório para a organização protocolar projetos, estar registrada/cadastrada e dispor de regularidade administrativa no CMDCA.

Artigo 7º - Para habilitação, análise e avaliação técnica dos projetos apresentados, as Câmaras do CMDCA, técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social e ou de outra Secretaria de execução de políticas voltadas as crianças e adolescentes, formarão Comissão Especial e em querendo poderá convidar técnicos da iniciativa privada (indústrias, bancos entre outros) para colaborar nas atividades, por ordem de protocolo e por fim, emitir parecer circunstanciado, que será discutido e votado em Assembleia em até 60 (sessenta) dias a partir do protocolo.

Artigo 8º - Considerando o diagnóstico e planejamento da política municipal de proteção integral das crianças e adolescentes realizado pelo CMDCA e o mapeamento da distribuição dos serviços implantados na cidade de Itanhaém, serão priorizados os projetos que propiciem a redução das desigualdades e o fortalecimento da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, não podendo haver sobreposição de benefícios.

CAPÍTULO III - DA QUANTIDADE DE PROJETOS POR ORGANIZAÇÃO

Artigo 9º - As organizações poderão ter simultaneamente aprovados 02 (dois) projetos, porém financiados pelo período máximo que será decidido pelo CMDCA.

CAPÍTULO IV - DAS APLICAÇÕES E EIXOS TEMÁTICOS

Artigo 10 - Os recursos do FMDCA poderão ser aplicados:

I- Enfrentamento as situações de violência sexual e exploração sexual contra crianças e adolescentes:

a)Projetos que tenham por objetivo ações de prevenção as situações de violência sexual e exploração sexual, articulado e referenciado junto ao CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social);

b)- Projetos de atendimento às crianças e adolescentes em situações de exploração e violência sexual.

II- Enfrentamento a violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes a) Projetos com trabalho profilático, direcionado à crianças, adolescentes e suas famílias, de modo a descaracterizar a visão naturalizada de algumas violações de direitos como o trabalho infantil, negligência, violência física e psicológica e que tenham também como objetivo o desenvolvimento de ações básicas de caráter preventivo e proativo que visem o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes, preferencialmente em situação de vulnerabilidade social, articulado e referenciado junto ao CREAS (Centro de Referência Especial de Assistência Social) e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do território.

III- Capacitação continuada e supervisão técnica para todos membros da Rede direta e ou indireta de atendimento, defesa e proteção do município.

a)Projetos que visem o desenvolvimento de capacitações e supervisões para os funcionários (independente do cargo e função exercida), para que seja possível alcançar a qualidade nos atendimentos prestados as crianças e adolescentes e suas famílias.

IV-Capacitação e qualificação continuada dos orientadores de medidas socioeducativas. a) Projetos que visem o desenvolvimento de capacitações para orientadores de medida socioeducativa de modo a alcançar a demanda de acordo com as metas pedagógicas das medidas socioeducativas, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e SINASE, bem como estimular a aplicação de medidas que reforcem processos formativos de promoção de uma atitude reflexiva sobre as atitudes

e práticas violentas, além da oferta cultural e educacional.

V- Aprimoramento e sistematização dos arquivos e banco de dados das instituições, bem como do Cmdca, visando unificação das informações, de modo que possibilite a compreensão total das informações entre as instituições.

a)Projetos que auxiliem as organizações que atendem crianças e adolescentes (proteção básica e especial) no desenvolvimento de base de dados para referenciamento dos usuários utilizando-se de dados referentes à idade, sexo, caracterização territorial, violação de direitos, local de ocorrência da violação, entre outros dados que permeiem a análise das causas da violação de direitos incidente, bem como emissão de relatórios entre outros.

VI- Qualificação e capacitação para detecção de sintomas e sinais de algumas violações de direitos, acolhimentos e encaminhamentos bem como o funcionamento da rede de proteção social básica e especial.

a)Projetos que desenvolvam ações de capacitação de diversos atores do município (professores, técnicos, cuidadores, educadores, dirigentes, etc...) para detecção de sintomas e sinais de violência, bem como sobre os fluxos de atendimento da rede de serviço social (esferas da proteção básica e especial) e da importância da notificação e posterior encaminhamento do caso para a rede de atendimento.

VII- Busca ativa de crianças e adolescentes em situação de evasão e infrequência escolar como proposta de políticas públicas transversais.

a)Projetos que visem ações conjuntas entre a Educação, Assistência Social e áreas afins para busca ativa dos casos de evasão e infrequência escolar e posteriores encaminhamentos a Rede de Proteção.

VIII- Capacitação e qualificação para notificação do serviço de saúde em casos de suspeita ou confirmação de violência sexual.

a)Projetos que visem o desenvolvimento e a capacitação para os profissionais de saúde sobre a importância da notificação, possibilitando também o aprendizado sobre o preenchimento da ficha de notificação e a implantação da prática da notificação nos serviços de saúde.

IX- Atendimento aos autores de violência contra criança e adolescente.

a)Projetos que ofertem atendimento aos autores de violência de modo que em um contexto psicoterapêutico (individual ou grupal) a prática de violência, bem como a desconstrução da repetição de padrão violento contra criança ou adolescente seja abrangente no âmbito sistêmico.

X- Projetos que visem ações para elaboração dos planos municipais necessários as políticas públicas que visem atender, proteger e defender crianças e adolescentes.

XI- Projetos inovadores e necessários ao município de Itanhaém a partir de relatórios, documentos comprobatórios e rodas de discussão com membros da rede de atendimento, proteção e defesa das crianças e adolescentes com a devida anuência do CMDCA.

XII- Gestão da política de Convivência Familiar e Comunitária

a)Projetos que tenham como objetivo o desenvolvimento de ações básicas de caráter preventivo e proativo que visem o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes, preferencialmente em situação de vulnerabilidade social, articulado e referenciado junto ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do território.

b)Projetos de Acolhimento Familiar (Família Acolhedora, Guarda Subsidiada Provisória e Apadrinhamento Afetivo) que tenham como objetivo: auxílio, apoio e orientação à família, a criança e ao adolescente (atendimento psicossocial e/ou jurídico) e ações que estimulem e provoquem o desacolhimento e propiciem os encaminhamentos necessários para garantir o direito à convivência familiar natural, ampliada ou substituta e comunitária conforme § 2º do artigo 260 do ECA.

c)Projetos que visem o desenvolvimento de capacitações para os funcionários e voluntários (independente do cargo e função exercida), para que seja possível alcançar a qualidade no atendimento prestado a crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias, nos programas de Acolhimento Institucional/Familiar, Família Acolhedora, Guarda Subsidiada Provisória e Apadrinhamento Afetivo.

CAPÍTULO V - DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Artigo 11 - A apresentação de projetos poderá ser por organizações não governamentais ou governamentais devidamente inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e se for o caso no Conselho Municipal de Assistência Social de Itanhaém (CMAS), com atividades desenvolvidas com crianças e/ou adolescentes no município de Itanhaém há mais de 2 (dois) anos.

Parágrafo 1º- No caso dos registros em análise para renovação, deverá a organização ter protocolado o pedido de renovação do registro junto ao setor administrativo do CMDCA em

Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente Itanhaém Lei Federal n^2 8.069/90, criação Lei Municipal n^2 1. 714 de 14/12/1990 Reorganização Lei Municipal n^2 2.352 de 04/03/1998

período anterior ao do encaminhamento da proposta do projeto.

Parágrafo 2° - Será anulada a aprovação do projeto cuja organização proponente tiver indeferida a renovação do seu registro no CMDCA.

CAPÍTULO VI - DESPESAS VEDADAS

Artigo 12 - A aplicação dos recursos em construção, ainda que para uso exclusivo da política da infância e da adolescência, deverão estar em concordância com a Resolução n^2 194, de 10 de julho de 2017 do CONANDA.

Parágrafo Único - Os pagamentos dos recursos humanos deverão cumprir as legislações em vigor.

Artigo 13 - Os recursos do FMDCA não poderão ainda, ser aplicados nas seguintes despesas; I - Custos referentes à administração da organização social, em consonâncoia com o artigo 14;

II- Gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a integrantes do corpo dirigente da organização ou a servidores públicos federal, estadual ou municipal integrantes da administração direta ou indireta;

III- Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;

IV- Ornamentação e cerimonial, coffee-break, souvenir e despesas não previstas na proposta original;

V- Aditamento com alteração do objeto;

VI- Realização de despesas com publicidades, salvo as de caráter educativo, informativo ou social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal, com layout devidamente aprovado pelo CMDCA;

VII- Amortização de equipamentos existentes;

VIII- Encargos com dívidas;

IX- Despesas com combustíveis, salvo os veículos de propriedade da organização ou com Termo de Permissão de Uso de Órgão Público ou Empresas Privadas, usados exclusivamente no desenvolvimento do projeto aprovado, e ainda, devidamente identificados;

X- Custos recorrentes após a conclusão e encerramento do período de vigência do projeto;

XI- Pagamentos de seguros e de benefícios diversos relacionados aos trabalhadores da organização;

XII- Utilização, mesmo em caráter emergencial, dos recursos em finalidade adversa da estabelecida na planilha de custos aprovada pelo CMDCA;

Artigo 14 - As despesas abaixo especificadas poderão utilizar recursos do FMDCA desde que devidamente justificados e discriminados no orçamento aprovado pelo CMDCA e observadas determinadas condições.

Parágrafo 1º - Custos referentes à administração de RH ficam limitados a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor total repassado à organização para a execução do projeto/programa.

Parágrafo 2º - Aquisição de equipamentos e ou móveis considerados bens de uso permanente, ficam limitadas a 5% (cinco por cento) do valor total repassado à organização para a execução do projeto/programa.

Parágrafo 3º - Os bens de uso permanentes adquiridos com recursos do FMDCA deverão ser devidamente incorporados ao patrimônio da organização proponente com taxa e período de depreciação definidos, ficando estabelecido que em caso de encerramento ou paralisação do projeto/programa tais bens deverão ser devolvidos ao CMDCA, que deliberará sobre a nova forma de utilização.

Parágrafo 4º - A aquisição de Material de Consumo fica limitada a 20% (vinte por cento) do valor total repassado à organização para a execução do projeto/programa. Parágrafo 5º - As despesas com Serviço de Terceiros ficam limitadas a 10% (dez por cento) do valor total repassado à organização para a execução do projeto/programa. Artigo 15 - A organização que não for utilizar os recursos em material permanente, seja integral ou parcialmente, poderá aplicar tais recursos em RH, material de consumo ou serviços de terceiros, devidamente autorizados pelo CMDCA.

CAPÍTULO VII - DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 16 - Os recursos captados serão depositados pelo contribuinte diretamente na conta do FMDCA, conforme legislação vigente.

CAPÍTULO VIII - DA LIBERAÇÃO DO REPASSE

Artigo 17 - A organização requererá o repasse dos valores captados, indicando o projeto no qual serão utilizados.

Artigo 18 - A organização apresentará relatório detalhado do andamento do projeto a cada 03 (três) meses a partir da aprovação e no encerramento do projeto, salvo disposição legal ou contratual em contrário.

Artigo 19 - A liberação do repasse será de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e Termo de Fomento assinado entre as partes (Organização, Prefeitura Municipal e CMDCA/FMDCA) e está condicionada às normas do FMDCA e à aprovação em Assembleia do CMDCA do relatório de que trata o artigo anterior

CAPÍTULO IX - DO REPASSE DOS RECURSOS

Artigo 20 - Os recursos captados correspondente ao valor total previsto no projeto serão distribuídos de modo a que se retenha 10% (dez por cento) do montante para as despesas do FMDCA e o restante, equivalente a 90% (noventa por cento), será destinado ao referido projeto chancelado.

Parágrafo Único - Quando da autorização da Assembleia do CMDCA para repasse parcial dos recursos captados à organização, a retenção ao FMDCA poderá ser dividida

em até 2 (duas) vezes, também após autorização da dita Assembleia.

Artigo 21 - Os valores captados acima do previsto no Certificado poderão ser utilizados pela organização nos projetos já inscritos mediante justificativa de utilização dos recursos, ou em

novo projeto a ser apresentado, devidamente aprovados em Assembleia do CMDCA. Nesse caso o repasse será utilizado os mesmos critérios adotados no artigo anterior. Artigo 22 - Os valores captados abaixo do previsto no Certificado caracterizandose como captação parcial de recursos necessários ao financiamento do projeto apresentado e aprovado, nos termos desta Resolução, deverá apresentar ao CMDCA adequação ao Plano de Trabalho, conforme valor arrecadado, e comprovação de que o valor parcial não prejudica o objetivo proposto no referido projeto, para tanto, a alteração deve constar nas metas e/ou prazo de execução estabelecido.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, poderá após a análise, aprovar ou não o Projeto apresentado pela Organização da Sociedade Civil, de acordo com o previsto na presente Resolução.

Artigo 23 - As solicitações de repasses de valores captados serão aceitos quando efetuadas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do pagamento. Os valores não reclamados neste prazo serão incorporados ao FMDCA.

CAPÍTULO X - DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Artigo 24 - Os recursos do FMDCA oriundos desta Resolução serão aplicados exclusivamente nos programas priorizados e deliberados pelo CMDCA.

CAPÍTULO XI - DO ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS

Artigo 25 - O CMDCA e a Secretaria Municipal de Assistência Social e ou outra Secretaria Municipal de políticas voltadas à criança e ao adolescente farão o monitoramento das etapas do projeto por meio de comprovação documental, de visitas no local de execução e de outros procedimentos de avaliação do projeto.

Artigo 26 - O FMDCA expedirá relatório trimestral sobre o montante de recursos captados e repassados às Organizações.

Parágrafo Único - Serão excluídos os projetos enviados por organizações que tenham recebido recursos do FMDCA e deles feito uso indevido e/ou não prestado contas nos prazos legais, ou seja, após o termino do instrumento legal (inicial e ou aditivo) assinado entre as partes.

CAPÍTULO XII - DA TRANSPARÊNCIA DOS PROJETOS

Artigo 27 - A relação dos projetos aprovados será divulgada em órgão de imprensa e site oficial da Prefeitura Municipal de Itanhaém.

CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 28 - Com relação às prestações de contas dos recursos aprovados e liberados, as organizações executoras deverão cumprir rigorosamente todos os prazos e as legislações pertinentes, em obediência aos princípios de legalidade, impessoabilidade, moralidade e publicidade.

Parágrafo 1º - A análise das conciliações (aplicações dos recursos) entre os elementos de despesas previamente aprovados pelo CMDCA em relação às despesas apresentadas nas prestações de contas será realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social para posterior encaminhamento às Câmaras setoriais e Assembleias do CMDCA.

Parágrafo 2° - A análise técnica contábil dos documentos encaminhados nas prestações de contas será realizada pela Prefeitura Municipal, para posterior encaminhamento às Câmaras setoriais e Assembleias do CMDCA.

Artigo 29 - Os casos omissos serão resolvidos em Assembleia, convocada para tal fim, obedecendo à legislação em vigor.

Artigo 30 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhaem, 13 de maio de 2025.

Fernanda Regina Malagodi Amin

Presidente CMDCA

SECRETARIA DA

EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

ATOS DECISÓRIOS

Atos Decisórios de Acumulação Remunerada

A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, através da Comissão de Acúmulo de Cargos, Empregos e Funções Públicas, expede os seguintes Atos Decisórios de Acúmulos Legais:

RELAÇÃO DE ACÚMULOS LEGAIS

SEQ.	NOME	RG	Cargo
01	Adriana Gonçalves Dos Santos Ribeiro	56125864-5	
02	Aldacir Gabriel	12695949-3	

03	Aline Fagundes Felix	42300466-9	1º e 2º Cargo
04	Aline Paquier Bertoli Dos Santos	43617254-9	1º e 2º Cargo
05	Ana Paula Francisca de Miranda	17602152-8	
06	André Luis Silvério Marchesini	29729041-1	
07	Angela Rizzetto Dos Santos	32709556-8	
08	Antonia Dos Santos Silva	19297404-X	1º e 2º Cargo
09	Ariene Cristina Romeiro de Carvalho	27992210-3	
10	Arminda Kelly de Araujo	44156247-4	1º e 2º Cargo
11	Brenda Pezzuol de Bargas	42273753-7	
12	Bruno Santos Novoa	47423502-6	
13	Cleide Pereira Alves	60940018-6	1º e 2º Cargo
14	Creusa Aparecida Dos Santos	16586043-1	
15	Cristiane Pereira Cavalcanti	45177385-8	
16	Daniela Martins Gonçalves	25980467-8	1º e 2º Cargo
17	Danilo Santa'anna da Silva	44119036-4	
18	Edna Jesus de Souza	25187275-0	1º e 2º Cargo
19	Erika Cristiane Torres Warlet	29684492-5	
20	Fabio Pedroso Miguel De Oliveira	46537811-0	1º e 2º Cargo
21	Fernanda Barreiros Lapa Louza	43037714-9	
22	Fernanda Raquel de Oliveira Godke	33254269-5	
23	Georgina Lourenço de Moura	20056259-9	
24	Giselly Lopez Boré	41818207-3	1º e 2º Cargo
25	Glacce Kelly Ferreira	26419998-4	
26	Heleny de Freitas Santos	13661771-2	1º e 2º Cargo
27	Josiane Peniche Pinto	27968744-8	
28	Juliana Bruna Guimarães Franco Corrêa	46917292-7	
29	Juliana de Lara Biller	42239973-5	1º e 2º Cargo
30	Karina Damasceno Giglio Rocha	41064199-6	1º e 2º Cargo
31	Kelly Cristina de Moraes	33116505-3	1º e 2º Cargo
32	Laercio Carvalho de Oliveira	33255675-X	1º e 2º Cargo
33	Laudiceia Maria Martins	20977860-2	
34	Leonard Stern	29187021-1	1º e 2º Cargo
35	LIdia Mariana Amorim de Sousa	28650580-3	1º e 2º Cargo
36	Lincoln Raniere Porto Schwingel	47689238-7	1º e 2º Cargo
37	Luana Bortolotti	28794998-9	1º e 2º Cargo
38	Maria de Fátima Augusto Ferreira	18186849-0	1º e 2º Cargo
39	Marlene Camillo da Silva	14317963	
40	Monica Fernandes de Souza da Silva	22969621-1	
41	Mychael José Ferreira Galisa	1648445	1º e 2º Cargo
42	Patricia Azimonte	15540942-6	
43	Pedro Marciano Delazari Gouveia	29906596-0	
44	Regiane Gonçalves de Oliveira	46700787-1	
45	Reginaldo do Nascimento	29314704-8	
46	Rosemary da Câmara Leal Nakagaki	18063076-3	
47	Sandra Regina de Camargo	24166471-8	
48	Sergio Ricardo de Arruda	1742123-1	
49	Shirley Andreia De Macedo Ramos	25328843-5	
50	Silvia Helena Ribeiro de Souza	16956632-8	
51	Susy de Carvalho Furlan	34758520-6	
52	Suzilene Valentina Rozales da Cruz	17.991.338	
53	Tatiana Cristina Gil de Carvalho	29094915-4	1º e 2º Cargo
		1	1

54	Terezinha Becari Ribeiro Dias	29990307-2	
55	Valdelice Aparecida de Almeida Silva	3208333-2	
56	Valmir Lopes Amorin	26794814-1	1º e 2º Cargo
57	Vera Teixeira de Oliveira	25187130-7	1º e 2º Cargo
58	Victor Luís Catarino Pereira	27188025-9	

Fernanda Alexandre Antonio Matenauer Eliane Menezes Santos Maria Cecilia Cardoso Teccedor Patricia Azimonte Aline Freitas

RELAÇÃO DE ACÚMULOS LEGAIS

SEQ.	NOME	RG	Cargo
1	Alessandra Fregolente	18317544-X	
2	Ana Caroline Dias Dos Anjos	34558978-6	
3	André Luis Pereira Vellanos	348007778-10	
4	Andrea Godke	43744948-8	1º e 2º Cargo
5	Carlos Eduardo Pereira de Lima	28081429-X	1º e 2º Cargo
6	Chistiane Mendes Gil	22117874-0	1º e 2º Cargo
7	Cinthia Garcia Dos Santos	30755107-6	
8	Cintia Moreira de Paula	42528242-9	1º e 2º Cargo
9	Cláudio Alves Feitosa	32832333-0	
10	Daivid Dos Santos Dias	29161101-1	
11	Daniela Summo de Sá	21514014-X	
12	Dirced Da Silva	12656262-3	1º e 2º Cargo
13	Elza Maria Moreno	41474964-9	
14	Fatima Aparecida da Silva Pinto	11323617-7	
15	Fernanda Ramos da Silva	26831340-4	1º e 2º Cargo
16	Fernando de Lara Lopes	45001740-0	1º e 2º Cargo
17	Grace de Souza Araujo Rodrigues	34426537-7	
18	Hellen Cristina Silva	4852765235	1º e 2º Cargo
19	Ilza Rodrigues Reis	200666034	
20	Izaura Carlos de Brito	27585896-0	
21	Janete Camargo Ribeiro	25637135-0	
22	Janily Aparecida Silva	30095853-5	
23	José Fernando Louza	5784205-X	
24	Juliana Da Silva Alves	48588035-0	1º e 2º Cargo
25	Juliana de Lara Biller	42239973-5	1º e 2º Cargo
26	Karem Vidal	16700534	
27	Karine Nunes Correia Carvalho	41821158-1	
28	Liliam Eujimoto Maoda	23437706-9	
	Liliam Fujimoto Maeda		+
29	Lucimara de Nassimente Carvalhe Coim	17332092-2	+
30	Lucimara do Nascimento Carvalho Coimbra	23831842-4	
31	Lucinete Lima de Souza	32174960	
32	Luiza Maria Pereira Dos Santos	33740130-5	
33	Marcela Ribeiro Ferreiro	53388190-0	1º e 2º Cargo
34	Marcio Carlos Rodrigues	41074404-9	
35	Maria Cecilia Menezes Zambelli	32807700-8	1º e 2º Cargo

36	Maria Célia Lima Sousa	24400215-0	1º e 2º Cargo
37	Maria Das Dores Da Silva	21252417-3	
38	Maria Fatima de Brito	16296779-2	
39	Marina Rosa Da Silva	18739199-3	1º e 2º Cargo
40	Mario Sergio Gomes da Silva	45136936-1	
41	Naiara Izabel de Almeida Silva	27523870-2	
42	Natali Porfirio Da Silva	34648644-0	1º e 2º Cargo
43	Patricia Augusto Carlos	28273706-6	
44	Patricia Santos de Menezes	41295312-2	
45	Renata Galvão Penna	27991847-1	
46	Samuel Custodio de Oliveira	48019920-6	1º e 2º Cargo
47	Sarah Rogéria Moreira de Godoy	35168016-0	1º e 2º Cargo
48	Tania Regina Claudino Fonseca	15958945-9	
49	Thais Da Silva Reis	430679868-22	
50	Thayara Duarte Sansão	40478156-1	1º e 2º Cargo
51	Valdineia Braz Xavier de Souza	30462168-7	
52	Valeria Consoli Mecchi	17475528-4	
53	Valmir Lopes Amorin	26794814-1	1º e 2º Cargo

RELAÇÃO DE ACÚMULOS LEGAIS

SEG	NOME	RG	Cargo
1	Adileia Ferreira Santos Tosti	21.164.066-9	
2	Carina Aparecida Belchior	30.322.694-8	
3	Carolina Caires Ribeiro	45.380.883-9	1º e 2º cargo
4	Daniela de Lourdes Dantas	34.508.075-0	1º e 2º cargo
5	Daniela Souza Ramos	30.663.181-7	
6	Franciane Julie Schreiner	24.400.376-2	
7	Geilza Gonçalves Rosa	18.062.857-4	
8	Jhonattan Peres Nascimento	46.701.080-8	1º e 2º cargo
9	Kelly Cristina De Moraes	33.116.505-3	1º e 2º cargo
10	Leonard Stern	29.187.021-1	1º e 2º cargo
11	Liliani Momm de Almeidaa	7.723.100-5	
12	Lucelia Simões Forte de Menezes	10.248.983-X	
13	Luciana Eugenio de Barcelos	30.635.705-7	
14	Luis Antonio da Cruz Simões	11.557.853-5	
15	Marcio Marinho Moreira Filho	24.682.736-1	
16	Maria Lucia Lopes Augusto	8.009.849-6	
17	Michel Luis Camargo Da Silva	41.869.401-1	1º e 2º cargo
18	Mychael José Ferreira Galisa	1.648.445	1º e 2º cargo
19	Ricardo Pizzo Lonardi	33.013.802-9	1º e 2º cargo
20	Rita de Cássia Dornelas Balduin	42.141.006-1	
21	Thiago Da Silva Telles	49.623.801-2	1º e 2º cargo
22	Vera Bento Guardiano Silva	16.250.284-9	